

CAPTURANDO IMAGENS, COMPARTEILHANDO SABERES: EXPERIÊNCIAS COM AUDIOVISUAIS EM COMUNIDADES QUILOMBOLAS

MARIANA DOS SANTOS ESCOBAR¹; NICOLE PEREIRA XAVIER²; ISABELA RODRIGUES DO NASCIMENTO³; HENRIQUE ROCKENBACH DE ALMEIDA⁴; ROSANE APARECIDA RUBERT⁵

¹Universidade Federal de Pelotas – marianadsescobar@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – nicolepxavier@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – isabelarodriguesn@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – henriquerockenbach@gmail.com

⁵Departamento de Antropologia e Arqueologia (ICH/UFPEL) – rosru@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

O projeto de extensão “Etnodesenvolvimento e direitos culturais em comunidades quilombolas e indígenas”, vinculado ao Departamento de Antropologia e Arqueologia (ICH-UFPEL), tem por objetivo a interação com comunidades quilombolas e indígenas de Pelotas-RS e região, visando o desenvolvimento de ações que primem pelo bem-viver, de acordo com padrões culturais dos próprios grupos. Dentre as ações que vem sendo realizadas estão a assessoria a grupos de artesãs quilombolas, na produção, divulgação e comercialização de seus produtos, afim de gerar renda e auxiliar na auto-organização da comunidade. Outra ação é a reconstituição das memórias e saberes tradicionais destas comunidades, que vem sendo desenvolvida é através da produção de documentários junto aos membros de algumas comunidades quilombolas, mantendo viva a história e aspectos gerais da vida cotidiana.

Segundo Paul Little, o termo “etnodesenvolvimento” tem duas acepções: “(1) o desenvolvimento econômico de um grupo étnico; e (2) o desenvolvimento da etnicidade de um grupo social” (2002, p.39), as quais não são excludentes, possuem uma relação dialética, de complementariedade. O desenvolvimento econômico, sem o respeito à identidade étnica de um grupo, significa a absorção do mesmo pela modernização hegemônica, resultando na perda de diversidade cultural. Já o desenvolvimento étnico, sem a preocupação com a economia e a geração de renda, deixa uma situação de vulnerabilidade social. Esta é a importância de que ambos os eixos de ação se realizem em conjunto, caracterizando um etnodesenvolvimento.

Segundo Leite (2000) e Almeida (2002), a autoafirmação de ser quilombola, na sociedade e cenário político atual, consiste em se posicionar dentro de uma luta política por direito à igualdade, por parte das minorias, e pelo direito à diversidade cultural. Esta luta política se acirra devido à exclusão histórica, desses grupos, dos espaços de tomadas de decisão, o que dificulta a formalização da posse e titulação das terras que ocupam para moradia e sustento. Esta exclusão histórica afeta ainda o direito à liberdade de exercer suas práticas, crenças, rituais, entre outros elementos culturais. Nesse sentido, “O quilombo, então, na atualidade, significa para esta parcela da sociedade brasileira sobretudo um direito de ser reconhecido e não propriamente um passado a ser rememorado.” (LEITE, 2000, p.335). Por isso, a necessidade de trabalhar reconstituições de memórias e projetos de futuro em conjunto.

Apresentaremos, neste texto, ações referentes ao eixo “reconstituição de memórias e saberes”. Pontualmente, a realização de dois documentários, um já finalizado, na comunidade de Maçambique (Canguçu) e outro em curso, na comunidade Nicanor da Luz (Piratini).

2. METODOLOGIA

Trabalhamos com a perspectiva de estudos pós-coloniais que, segundo Paul Little (2002, p.38), “[...] têm entre suas variadas metas a descolonialização do conhecimento, particularmente referente à supervalorização da ciência ocidental como a única via possível para chegar a verdade”. Especialmente por se tratar de um projeto com comunidades quilombolas e indígenas, é de extrema importância que nossos interlocutores e a comunidade não sejam apresentados como “objetos exóticos”, e sim como indivíduos possuidores de uma cultura e saberes muito ricos. A ideia clássica de etnografia, onde “O nativo é um “puro informante” [...], o pesquisador, por sua vez, apenas exerce a observação e a análise, como se estivesse no mais perfeito dos laboratórios” (OLIVEIRA, 2013, p.56) precisa ser repensada.

Oliveira sugere que optemos por uma concepção de etnografia enquanto processo prático e dialógico, não como um método ideal fundamentado em protocolos que não fazem mais sentido:

A recomendação metodológica de neutralidade, ficção de natureza normativa e com fortes repercussões políticas, corresponde, implicitamente, à naturalização das relações de dominação entre grupos sociais assimétricos inseridos em um quadro colonial. Isso, é óbvio, tem consequências radicalmente distintas para colonizadores e colonizados. (OLIVEIRA, 2013, p. 55)

Como projeto de extensão, fazemos esta mudança a partir da antropologia da ação e da antropologia visual. A fim de oportunizar o diálogo intercultural e compartilhar protagonismos entre as antropólogas e os membros da comunidade. A antropologia da ação preza pelo comprometimento profissional “[...] com o direito de bem viver dos povos”, atuando-se na mediação de demandas (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2004, p.22). Uma forma de estabelecer este diálogo é a partir do audiovisual: “O audiovisual é pensado como objeto sensível que afeta a pesquisadora e os sujeitos de formas diversas. O filme etnográfico é o meio deste encontro.” (HIKJJI, 2009, p.115).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No quesito reconstituição de saberes e memórias, a produção de documentários etnográficos veio como uma ferramenta muito rica para o projeto, pois possibilita que os integrantes das comunidades compartilhem suas experiências e histórias para além do seu grupo. Ainda assim, é importante considerar que o audiovisual é uma mídia manipulável, tanto pela edição como pelo próprio ato da filmagem: o que se escolhe focar, o ângulo e enquadramento da câmera, o momento que se escolhe ligá-la e desligá-la. Portanto, por mais que possibilite uma abertura de diálogo entre as antropólogas e os interlocutores, o documentário não tem de forma alguma a intenção de apresentar “a verdade”, ou, a única verdade. Um filme é construído de interpretações diversas: dos membros da equipe de produção, dos personagens ou interlocutores, e por fim, dos expectadores. Esta é uma discussão que estamos aprofundando na equipe e que já foi tratada por estudiosos da área. (HIKJJI, 2009; BOUDREAU-FOURNIER et al., 2016).

Sabemos, todos os pesquisadores, o quanto as notas de campo são reordenadas, reagrupadas e cruzadas para que os dados possam ‘fazer

sentido'. Não passa pela cabeça de um pesquisador apresentá-las na ordem em que foram colhidas. No entanto, algumas escolas do filme etnográfico insistem na sequência cronológica das tomadas, no 'realismo' que pode chegar a impedir uma iluminação mais adequada, na recusa à utilização de efeitos sonoros." (BOUDREAU-FOURNIER et al., 2016, p.38)

O primeiro filme etnográfico realizado pelo projeto se chama "Eu Aprendi Vendo", e trata sobre o grupo de mulheres artesãs da comunidade de Maçambique (Canguçu-RS). Este teve suas filmagens realizadas no segundo semestre de 2016, sendo as imagens entrevistas com as artesãs, o trabalho coletivo, suas rotinas, imagens do ambiente e outros detalhes que permitiam entender melhor o espaço geográfico habitado por elas. Com todas as imagens coletadas, passou-se para possivelmente o estágio mais longo da produção, a decupagem destas imagens.

Durante a decupagem, é quando todas as filmagens são sincronizadas com as faixas de áudio correspondentes, e assistidas. As imagens brutas passam por diversos cortes até chegar na versão final, passando-se para a fase onde são organizadas em uma narrativa que faça maior sentido para o espectador, intercalando diferentes planos das entrevistas, também como outras imagens que auxiliem na sua compreensão. Por fim, na fase de finalização, as imagens e áudios passam por tratamento e entra a tipografia, ou seja, letreiros iniciais, títulos e créditos.

Os cortes sofridos pelo material foram baseados em um roteiro, porém, passível de mudanças. O roteiro de "Eu Aprendi Vendo" foi feito anteriormente às filmagens, a partir do que a equipe realizadora, com base em um longo período de convivência com o grupo, considerou como fatores importantes para compreender o mundo de significados das artesãs. A estrutura do roteiro foi feita de forma flexível, somente com tópicos. Como se fosse uma check-list de assuntos que não podem ficar de fora, mas não limitando a inserção de novos tópicos, de acordo com elementos que emergem nas filmagens e que se revelam fundamentais para compreender o grupo.

Versões do documentário foram exibidas no grupo para que as mulheres opinassem a respeito. Uma vez concluído, foi primeiro estreado na comunidade, gerando uma situação de compartilhamento de memórias. Como uma segunda estreia, o documentário foi exibido na universidade, com duas representantes da comunidade presentes, que responderam perguntas dos espectadores após a exibição. A reação dos espectadores, ao entrarem em contato com as narrativas das artesãs, causou um impacto positivo às quilombolas presentes, que viram suas trajetórias e trabalhos sendo valorizados.

O segundo documentário idealizado pelo projeto de extensão ainda não tem nome. Este será sobre a comunidade quilombola Nicanor da Luz, de Piratini-RS. Cumpre lembrar que trata-se de uma comunidade com a qual se vem mantendo contato intenso, por meio da assessoria à um grupo de artesãs. O documentário tratará da comunidade de forma mais geral, focando na sua formação, nas trajetórias migratórias de seus integrantes, na formação da associação quilombola e em referências culturais que norteiam a vida comunitária.

Houveram inserções de filmagens na comunidade como experimentação, e se está em uma fase de rearticulação, no sentido de envolver mais seus membros no próprio processo de produção. Essa diferença de ênfase se deu pelo aprofundamento teórico sobre antropologia visual, o que possivelmente acarretará em uma mudança estilística do documentário, no que diz respeito à sua estrutura narrativa. Outro motivo da mudança foi a necessidade observada de que os integrantes da comunidade compreendessem melhor como se dá a produção de um audiovisual. A partir desse

conhecimento, acreditamos ser possível o uso do filme como ferramenta de visibilidade, e oportunidade de que a própria comunidade fale sobre si mesma.

4. CONCLUSÕES

O trabalho de extensão possibilita que os estudantes estejam em contato com tipos de conhecimentos, estéticas, linguagens e experiências que fogem dos aprendizados da academia. Este contato se faz ainda mais importante quando levado em consideração o contexto político atual no qual estão inseridas estas comunidades, em que há um recuo na garantia de seus direitos. Após passar tempo com elas, se percebe a importância do reconhecimento de suas identidades para fundamentar suas demandas. Os documentários realizados têm a pretensão de servir como um meio de enunciação de suas experiências, dando-se visibilidade às interpretações que eles próprios elaboram sobre suas trajetórias individuais e coletivas. Contempla-se, assim, o reconhecimento da participação desses grupos na formação da sociedade regional e nacional. Estar em contato com estas diferentes formas de experienciar a vida humana, reconhecê-las por sua validade e compreendê-las ao máximo de nossas habilidades enriquece não somente a experiência como acadêmicos, mas como futuros profissionais, cidadãos e agentes de mudança.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as Novas Etnias. In: O'DWYER, E. C. (Org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV/ABA, 2002. p. 43-81.

BOUDREAU-FOURNIER, Alexandre; HIKIJI, Rose Satiko Giratana; NOVAES, Sylvia Caiuby. Etnoficção: uma ponte entre fronteiras. In: BARBOSA, A.; CUNHA, E.T.; HIKIJI, R.S.G.; NOVAES, S.C. **A experiência da imagem na etnografia**. São Paulo: Terceiro Nome, 2016. p. 37-58.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O mal-estar da ética na Antropologia prática. In: OLIVEN, R. G.; MACIEL, M. E.; ORO, A. P. (org.). **Antropologia e ética**: o debate atual no Brasil. Niterói: Eduff, 2004. p. 21-31.

HICKIJI, Rose Satiko Giratana. Imagens que afetam: filmes da quebrada e o filme da antropóloga. In: GOLÇALVES, M.A.; HEAD, S. **Devires Imagéticos**: a etnografia, o outro e suas imagens. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009. p.115-135.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões normativas e conceituais. **Etnográfica**, vol. IV, n. 2, p. 333-354. Lisboa, 2000.

LITTLE, Paul. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. **Tellus**, ano 2, n. 2, p. 33-52. Campo Grande, 2002.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Etnografia enquanto compartilhamento e comunicação: desafios atuais às representações coloniais da antropologia. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Desafios da antropologia brasileira**. Brasília: ABA, 2013. p. 47-74.